

A POÉTICA DE ENGAJAMENTO POLÍTICO DE FIDÊNCIO BOGO: UMA ANÁLISE EM SEMIÓTICA DISCURSIVA

BOGO FIDENCIO'S POETIC OF POLITICAL ENGAGEMENT: AN ANALYSIS IN DISCURSIVE SEMIOTICS

Elitane dos Reis Barros Nunes¹
Luiza Helena Oliveira da Silva²

RESUMO

O presente trabalho analisa a obra poética de engajamento *Coluna Presta*, do escritor tocantinense Fidêncio Bogo (2006), sob o enfoque da semiótica discursiva. Considera-se que a obra *Coluna Presta*, publicada em 2006, seja uma representante da poesia engajada no Estado do Tocantins, pois, através de seus poemas, o autor milita a fim de conscientizar o leitor sobre uma sociedade problemática, fazendo-se comparar a sua luta com a do líder revolucionário Luiz Carlos Prestes, mas por outro viés que não o da luta armada. Luta com poesia, com a palavra organizada em verso, rima e ritmo. Nesse sentido, esta pesquisa discute a respeito da literatura no Tocantins, aspectos gerais da biografia e produção de Fidêncio Bogo como autor tocantinense e poeta engajado. Por fim, analisa o livro de poemas *Coluna Presta*, sob uma abordagem da teoria literária e da semiótica discursiva.

Palavras-chave: Literatura no Tocantins; poesia engajada; semiótica discursiva; Fidêncio Bogo.

ABSTRACT

The present paper analyzes the poetic work of engagement *Coluna Presta*, by the Tocantinian writer Fidêncio Bogo (2006), under the discursive semiotic approach. It is considered that the book *Coluna Presta*, published in 2006, is a representative of the poetry engaged in the State of Tocantins, because through its poems, the author militates in order to make the reader aware of a problematic society, comparing his fight with that of the revolutionary leader Luiz Carlos Prestes, but for another bias than the armed struggle. In this sense, this research aims to discuss the literature in Tocantins, considering that this is still in the process of consolidation; to address general aspects of the biography and production of Fidêncio Bogo as a Tocantins' author and an engaged poet. Finally, it analyzes the book of poems *Coluna Presta*, under an approach of the literary theory and the discursive semiotics.

Keywords: Literature in Tocantins; poetry engaged; discursive semiotics; Fidêncio Bogo.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: elitane.lettras@gmail.com

² Doutora em Letras. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: luiza.to@uft.edu.br

1 INTRODUÇÃO

na peleja do povo
o poema viceja
de novo
Militância, Antonio Rezende.

As primeiras manifestações literárias no Tocantins buscavam um discurso de fundação, no qual eram valorizados aspectos e características próprias do Tocantins que viessem diferenciá-lo das demais localidades do Brasil. Esse discurso de fundação tinha por objetivo reafirmar os motivos da sua emancipação do antigo território do estado de Goiás. Porém, com o passar do tempo, podemos observar que muitos autores tocantinenses voltaram os seus olhares à realidade deste Estado, que vai além das suas riquezas naturais, também abrangendo suas mazelas.

Sendo a literatura *mimese*, ou seja, imitação da realidade, em suas obras, sejam em prosa ou verso, esses escritores enfatizam, além da paisagem e da cultura tipicamente tocantinense, a corrupção, a violência, a desigualdade social, entre outros temas. Eles têm travado uma luta através de suas obras, que denunciam o desrespeito contra o povo tocantinense, buscando assim “abrir os olhos” da sociedade, para que esta tome medidas contra os males denunciados. Partindo do pressuposto de que nenhum discurso é neutro, a poesia não pode ser considerada apenas como uma práxis ensimesmada, a “arte pela arte”, num trabalho sobre a própria linguagem, mas também como um instrumento para disseminar valores e ideais, como poesia engajada.

A poesia engajada é aquela que está diretamente ligada a alguma causa, onde o poeta se vê como um ser que desvenda a realidade e sente a necessidade de conscientizar o outro, fazendo da literatura arma de mudança social. No Brasil, esse engajamento será assumido por poetas como Mário Chamie, que lidera o movimento denominado *poesia práxis*, e Ferreira Gullar, ganhando expressão nos anos 60 em trabalhos como as coletâneas do *Violão de Rua: poemas para a liberdade*, organizadas por Moacyr Félix: “Os poetas do Violão de Rua se colocavam como porta-vozes dos menos favorecidos, sobretudo do campo, no entanto sem deixar de lado a atribuição que eles mesmos faziam desse homem do campo como o elemento de transformação social no país” (BRÊTAS, 2006, p. 7)

Esta pesquisa surgiu do pressuposto de que o discurso é eminentemente dialógico, pressupondo uma alteridade (BENVENISTE, 1989). Escrever é, assim, projetar num texto um outro e, no caso da poesia engajada, um outro que se apresenta como um destinatário do dizer, que deve ter transformada sua percepção da realidade ao entrar em conjunção com novos

valores apresentados pelo autor (enunciador e também destinador) durante a leitura. Sem o leitor, destinatário, a quem o poeta quer conscientizar, a literatura morre em si mesma e não alcança os seus objetivos. A literatura tocantinense tem enfrentado dificuldades neste sentido, uma vez que o povo tocantinense, em sua maioria, muitas vezes não tem oportunidade de contato com a mesma. Muitos autores, apesar de grandes esforços, não têm conseguido disseminar as suas ideias devido ao mercado da literatura fechado para os pequenos escritores. Alternativas como a de *e-books* e *homepages* ainda não seduzem os escritores mais tradicionais e as edições impressas de poucos números publicadas por editoras de pouco fôlego comercial restringem o público desses autores.

Fidêncio Bogo, autor tocantinense e a quem pertence a obra analisada neste trabalho, de seus seis livros publicados, apenas *O quati e outros contos* está à venda na Internet. Nenhuma de suas obras está à venda em livraria em Araguaína, nem está disponível na biblioteca municipal. De todos os *campi* da Universidade Federal do Tocantins, a sua obra *Coluna Presta*, a qual será aqui analisada, só está disponível no *campus* de Porto Nacional, no qual Bogo lecionou. No entanto, pudemos encontrar duas de suas obras, aqui já citadas, na ACALANTO (Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense), o que possibilitou que esta pesquisa se concretizasse. Infelizmente, a ACALANTO não possui sede própria, mudando sua localização sempre que a presidência da mesma é alterada, e isto pode inviabilizar o acesso do povo araguainense a obras como estas. Atualmente, a ACALANTO está localizada na residência do seu presidente, José Francisco da Silva Concesso. Encontramos um blog da academia, mas que se encontra desatualizado, com a última publicação em 2014 (<http://acalantoarag.blogspot.com/>). A homepage também traz poucas informações, dando mostras de estar ainda em fase de construção (Cf. <http://www.acalantotocantins.xpg.com.br/>). Tais inquietações fizeram-me refletir sobre a importância deste estudo como um meio de disseminar as manifestações literárias do Tocantins à sociedade em geral, servindo como ponte entre o leitor e a obra/autor, a fim de que a poesia engajada alcance seu objetivo de conscientização do outro.

Desta forma, analisamos a obra poética de engajamento *Coluna Presta*, de Fidêncio Bogo, publicada em 2006, como representante da poesia engajada no Estado do Tocantins, uma vez que o próprio autor, na introdução desta livro, apresenta-se como militante através das palavras e fazendo-se comparar com o líder revolucionário, Luiz Carlos Prestes. Já no prefácio da *Coluna Presta*, a jornalista Val Rodrigues declara que a obra é um “instrumento de reflexão da realidade sócio-ético-política atual”, afirmando que a intenção de Bogo é “suscitar no leitor

a discussão de temas fundamentais como a educação, a política e a violência”. O autor não se conforma em ficar em silêncio diante de tantas injustiças, e considera-se no dever de anunciá-las para assim despertar no povo o desejo de mudança, como um poeta engajado.

Como subsídio teórico, valemo-nos das teses de Cruz (2008) e Deboni (2007), que investigaram a literatura no Tocantins, artigos como os de Pinto e Magalhães (2008) e Silva e Pinto (2010), que tematizam a produção do autor, teóricos que discutem sobre a poesia engajada e marginal (BOSI, 2006; MOISÉS, 2001) e finalmente da semiótica discursiva (BARROS, 2005; FIORIN, 2000, 2007; GREIMAS; COURTÉS, 1979).

O trabalho está organizado em três seções. Na primeira, abordamos a respeito da literatura produzida no Tocantins, considerando a busca por identidade e consolidação. Na segunda, apresentamos Fidêncio Bogo e discorremos sobre sua produção literária e militância. Na terceira e última, analisamos o livro de poemas *Coluna Presta*, a partir da eleição de cinco textos, para isso considerando o plano da expressão e o plano do conteúdo, fundamentados em estudos literários e da semiótica.

2 LITERATURA NO TOCANTINS: BUSCA DE IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

Criado em 1988, o Tocantins, como o mais novo Estado brasileiro, está construindo a sua história e, conseqüentemente, a literatura faz parte da construção do Estado, na medida em que o retrata ou o representa. Concebendo-se que a identidade resulta de uma criação histórica capaz de produzir nos sujeitos efeito de pertencimento e adesão, afastando-se de sua compreensão como uma essência a ser meramente recuperada, a literatura vai servindo muitas vezes para dar contornos a esse projeto identitário: “o Tocantins é um estado em busca de uma identidade, sobre a qual paira uma onda nebulosa que se move no curso da história moderna em busca de uma direção” (CRUZ, 2008, p. 56).

Conforme Cruz (2008) e Deboni (2007; 2011), a literatura tocaninense, assim como a literatura brasileira nos seus primórdios, busca um discurso de fundação que ressalte o que seriam as características próprias do lugar. Seria o registro (e a exaltação) de tais peculiaridades, que pretensamente diferenciariam o Tocantins de qualquer parte do país, o que inicialmente será mobilizado pelo discurso histórico, reproduzido em livros, cartilhas e panfletos distribuídos pelo governo para escolas e população em geral, a fim de fundamentar e dar um novo sentido ao lugar recém (re)fundado. Segundo Deboni:

[...] para que um enunciado traga determinada região à existência, através de sua delimitação e diferenciação, cabe a ele *forjar uma identidade* que se fundamente primeiramente na *apropriação de determinados aspectos* tomados como realidade objetiva por um certo número de habitantes, de modo a induzir os demais a reconhecerem essas particularidades. Com isso o enunciado torna-se um produto de identificação por meio do qual o grupo anteriormente ignorado passar a ser *conhecido e reconhecido*. [...] Ao lado dos discursos emitidos por certos historiadores, pelo governo e por seus representantes, temos outros elementos importantes que também se apresentam como vozes autorizadas que buscam *dar existência ao Tocantins*. Entre eles, podemos citar a confecção de sua bandeira, de seu hino, a produção de uma cartilha, por Siqueira Campos, em 1998, acerca da criação do Estado. Além desse material, temos ainda a publicação de vários almanaques produzidos pela Secretaria da Cultura do Estado, como a revista *Almanaque Cultural do Tocantins*, que traz uma série de elementos representados como parte de sua cultura popular, como danças, comidas, dias festivos, folclore, canções populares. (DEBONI, 2007, p. 32-33, grifos meus).

Até mesmo antes que a região, chamada anteriormente de Norte de Goiás, conquistasse sua autonomia como Estado do Tocantins, suas particularidades eram ressaltadas com os objetivos de diferenciá-la da região centro-sul de Goiás, asseverando assim que já havia delimitações entre as regiões, a julgar pela sua cultura, seu povo e suas riquezas naturais, como também de convencer a população de que essas riquezas seriam mais valorizadas, abrindo caminho para o desenvolvimento do futuro Estado. Houve, portanto, todo um trabalho anterior de conferir uma identidade que diferenciasse o lugar do restante de Goiás, seja pela perspectiva geográfica (Goiás é da região Centro-Oeste; Tocantins seria da região Norte), político-econômica (a concentração do poder, investimento e recursos na capital goiana e proximidades) e cultural (haveria de se pensar uma identidade particular para o sujeito mais ao norte).

Dessa forma, os principais interessados na criação do Tocantins respaldavam a necessidade da divisão do território, para que sobretudo não ecoasse apenas o interesse de ordem econômica e política. Deveria ser natural a separação porque seria natural e inequívoca a diferença:

[...] o discurso acerca do Norte foi reformulado e passou a centrar-se na possibilidade de sua autogestão e no enaltecimento das suas potencialidades naturais, de modo que sua separação do restante de Goiás deveria acontecer para que suas riquezas fossem aproveitadas e o Norte pudesse melhor desenvolver-se.

[...] ao reatualizar o discurso acerca das potencialidades do norte goiano, abriu a possibilidade para o aparecimento de uma série de imagens míticas para o Estado, de modo que ele passou a receber a designação, nas décadas de 80 e 90, do século XX, de “novo Eldorado”, nova “Canaã”, “Terra Prometida”, “Sol do Brasil”, ou, ainda, “Estado solução”.

[...] o discurso que deu origem a uma história e a uma identidade oficial tocantinense consolidou-se mediante a seleção de alguns fatos ligados à região Norte de Goiás, aos quais foram dados novos significados de forma a instaurar uma aura mítica e ufanista através da qual se buscou um respaldo para justificar a criação do Tocantins. (DEBONI, 2007, p. 20-21;30)

Assim, os discursos oficiais tentaram instaurar uma identidade tocantinense, importando então o que “os discursos, sejam eles políticos, administrativos, midiáticos ou literários dizem sobre ele” (PINTO; MAGALHÃES, 2008, p. 94) a fim de que o Estado fosse então “conhecido e reconhecido”.

Apesar das promessas dos separatistas de que a divisão traria desenvolvimento para o norte, este desenvolvimento ocorre ainda de forma lenta e não tão uniforme. Pois, apesar de toda ilusão criada a respeito de que todos partilhariam das riquezas do novo Estado, perpetua-se um sistema de favorecimento a uma minoria que controla o poder, considerando, conforme Cruz, que o território tocantinense “é uma região marcada pela existência de latifúndios e pela presença da família patriarcal, com desdobramentos no coronelismo, no caciquismo, em outros segmentos da oligarquia” (CRUZ, 2008, p. 58), razão pela qual o seu desenvolvimento não se dá de forma hegemônica. Contrariando o discurso do movimento separatista, que prometia o “paraíso” no “coração do Brasil”, o antigo norte de Goiás continuou enfrentando problemas como a pobreza, o analfabetismo, a concentração de renda, o voto de cabresto, fortalecidos os velhos mandatários do lugar.

O Tocantins ainda se singulariza por ser um estado onde a maioria da população é pobre, mestiça e marcada por um alto índice de analfabetismo, principalmente entre os mais idosos. Grande parte de sua população concentra-se na zona rural, cujas atividades econômicas baseiam-se na agricultura, na pecuária e no extrativismo. Em virtude desse perfil socioeconômico acredita-se que as origens culturais do povo tocantinense estão radicadas numa memória popular representada por lendas, crenças, festas religiosas, romarias, rituais e outros elementos folclóricos que são transmitidos de geração em geração e armazenadas no imaginário coletivo. (CRUZ, 2008, p. 58)

Se as mazelas sociais se reproduzem, o mesmo se dá com as manifestações culturais preservadas, servindo estas à produção de um sentimento identitário:

A construção de uma ideia de Tocantins, ou seja, do “sentimento” que diferencia os tocantineses em relação ao resto do país, passa pela reunião de um arsenal simbólico que se mobiliza de diversas formas. Nesse sentido, a Ideia de Tocantins conforma uma densa rede cultural que dá embasamento a práticas discursivas que, embora sustentadas pela relação de poder, dizem muito da fisionomia, do modo de ser, viver, agir e sentir do povo tocantinense, dos dilemas e das perspectivas da sociedade de um estado em construção. (CRUZ, 2008, p. 56)

Todavia, apesar de que se faça um empenho muito grande para diferenciar os estados tocantinense e goiano, ainda assim poderemos ver característica que lhes são comuns. Uma vez que ambos têm como representação do seu povo, o homem envolvido com as atividades rurais e com a religiosidade, católica em sua maioria, com suas festividades características. Porém, com a emancipação do Estado e a promessa de uma “terra de oportunidades”, muitas pessoas

vindas de outros estados e regiões, como Maranhão, Pará, Piauí, e outros, migraram para o Tocantins. Logo, a miscelânea de várias culturas, crenças e tradições também vieram a fazer parte desta identidade do Estado, e conseqüentemente estão presente em sua literatura. Então:

A criação do Estado do Tocantins veio redesenhar as fronteiras no interior do Brasil, motivando um fluxo migratório muito intenso de muitas regiões do País para o novo Estado. Surge, a partir de então, uma literatura que testemunha uma grande efervescência cultural, resultado do fluxo de pessoas ligadas às artes oriundas de outros Estados, da criação de universidades, editoras, bibliotecas e livrarias. Essa nova produção local [...] traz o olhar daquele que vem de fora [...] (PINTO e MAGALHÃES, 2008, p. 94).

Para falarmos em literatura propriamente dita, segundo, é necessário que haja uma atividade literária regular, na qual existem três elementos: um grupo de escritores/autores, suas respectivas obras e os seus receptores/leitores. Além disso, deve haver também uma interação entre esses três elementos, a fim de que haja uma “comunicação inter-humana” entre eles (CANDIDO, *apud* DEBONI, 2007, p. 40).

Embora a criação do Estado tenha proporcionado a abertura de editoras, universidades, bibliotecas e livrarias, que são veiculadores das obras produzidas, o Tocantins possui ainda um número bem reduzido destes veiculadores. E estes, por sua vez, pouco investem em obras que não são famosas ou conhecidas nacionalmente, o que dificulta a circulação das obras tocaninenses. Outro motivo que tem impedido que a literatura no Tocantins fosse um sistema articulado é o que Fidêncio Bogo chamou de “A prima pobre da cultura”. Este é o título de um de seus poemas, no qual o autor fala sobre a dificuldade do escritor tocaninense, que além de ter que custear a publicação de suas obras, precisa vendê-las. Observando os versos: *Participe do lançamento/de um impresso qualquer./Pouca gente. Ninguém compra./O escritor vira esmoler.* (BOGO, 2006, p.85) descobrimos que a “cultura” de não ler tem fragmentado a comunicação inter-humana, que é necessária entre os elementos autor-obra-leitor.

Diante dessas questões, o curso de Letras da UFT (Universidade Federal do Tocantins), campus de Araguaína, vem há algum tempo desenvolvendo uma série de ações que envolvem a produção literária no Estado. Em 2014, foi criada a disciplina optativa *Manifestações Literárias no Tocantins*, cuja finalidade é tornar conhecida a literatura produzida no Tocantins, bem como enriquecer o campo dos estudos e pesquisas feitos a respeito dela. A fim de que essas pesquisas não ficassem apenas no âmbito universitário, a UFT vem realizando uma série de atividades e eventos que objetivam alcançar a comunidade em geral, sobretudo os professores da rede municipal e estadual de ensino, os quais poderiam posteriormente, propagar os aprendizados obtidos através destes eventos aos seus alunos. Essas ações objetivam mudar uma

realidade, na qual pouco se estuda sobre os escritores tocantinenses, e quando o fazem, não o fazem suficientemente (MARTINS, 2005).

Podemos citar como exemplos dessas ações a coletânea de artigos de pesquisadores da UFT intitulada *Leituras de textos de autores tocantinenses*, em livro organizado por Hilda Gomes Dutra Magalhães (2008), uma edição especial da Revista *EntreLetras* em 2010, a realização do o I Seminário de Literatura Tocantinense e o I Simpósio de Literatura com o tema “O que pode a literatura?” (2016). Durante estes eventos, além das mesas redondas e apresentações de trabalhos de pesquisas feitas por estudantes, abre-se espaço para a divulgação das obras, seja através de exposições feita pelo próprio escritor, venda de livros de autores tocantinenses, ou por declamações de poemas ou outros espetáculos realizados pelos universitários. Tudo isso teve como objetivo de voltar o olhar da população para a literatura local, tornando-a conhecida e firmando-a como um sistema articulado, onde há a relação autor-obra-leitor. Desse seminário resultaram trabalhos publicados pela *Revista EntreLetras* (<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/issue/view/165>).

Por fim, entendemos que, assim como a identidade tocantinense ainda está em construção, sua literatura também passa por este processo de consolidação. Logo, não podemos falar em uma literatura tocantinense, e sim em manifestações literárias que são sempre recheadas de aspectos da identidade tocantinense. Contudo, atualmente podemos perceber que a produção literária tem crescido como também o número de escritores tocantinenses. Além das ações desenvolvidas pelas universidades, a criação das Academias de Letras, a saber, a ATL (Academia Tocantinense de Letras), a APL (Academia Palmense de Letras), a ACALANTO (Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense), a AGL (Academia Gurupiense de Letras), a ACLA (Academia Colinense de Letras e Artes) e a ALMA (Academia de Letras Mirim de Araguaína), segundo Deboni, tem contribuído para a “implantação e a solidificação de um cenário literário mais representativo” para o Estado, buscando “dotar o Tocantins de uma tradição literária que lhe pareça própria” (DEBONI, 2007, p. 42).

Como a literatura pode ser considerada como “mimese”, ou seja, imitação da realidade, cabem às manifestações literárias do Tocantins, abordar não somente temas de valorização do seu povo ou da sua terra, mas também os que denunciam as mazelas dessa sociedade corrompida pelos sistemas que comandam o mundo há séculos. Pensando desta forma, abordaremos no próximo capítulo sobre o escritor tocantinense, Fidêncio Bogo, e o seu papel de sancionador crítico denunciando diferentes problemas da sociedade tocantinense. Para isso selecionamos como objeto de análise um de seus trabalhos que mais evidenciam essa dimensão

crítica, o livro de poemas *Coluna Presta*, em evidente e bem-humorada alusão ao movimento político de Luiz Carlos Prestes.

3 FIDÊNCIO BOGO: ESCRITURA E MILITÂNCIA

Neste capítulo, discorreremos a respeito da vida e obra de Fidêncio Bogo, considerando as características gerais de sua produção. Em seguida, retomamos a relação intertextual que o autor estabelece com a *Coluna Prestes*, explicitando a perspectiva ideológica que assume em seus poemas.

3.1 Biografia e bibliografia de Fidêncio Bogo

Fidêncio Bogo nasceu em 12 de maio de 1931. Neto de italianos e filho dos colonos Frederico Bogo e Hermínia Demarchi, residia em Rio do Oeste - SC, cidade onde nasceu. Foi nesta mesma cidade, onde aos onze anos de idade apenas, ingressou no seminário, iniciando sua vida ministerial. Em 1947, já no Seminário em São Manuel, interior paulista, cursou o colegial e os cursos de Filosofia e Teologia. Foi consagrado sacerdote em 1954, com seus 23 anos de idade.

Figura 1



Disponível em: <http://notomdotempo.com.br/?p=200>. Acesso em 13 nov. 2018.

Em 1962, foi para Boa Vista - RO, para dirigir o Ginásio Euclides da Cunha. Porém, fica apenas dois anos em Roraima. Pois, em 1964, segue para Roma, onde faz o seu Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade *Urbaniana de Propaganda Fide*. Ao retornar ao

Brasil, Bogo já tinha planos de abdicar da vida religiosa, o que consegue em 1968, com autorização pontifícia. No ano seguinte, ele casou-se com Iria Beber, com quem foi morar em Jandaia do Sul, norte do Paraná, no ano de 1970. Lá, ele foi secretário da Faculdade de Filosofia local. Nos anos de 1973 a 1975, atuou como professor na Faculdade de Filosofia de Mandaguari.

A vinda para o Tocantins aconteceu em 1976. Fidêncio Bogo mudou-se com a esposa e duas filhas para o Norte de Goiás, como era conhecida na época a região do Tocantins. Morou primeiro em Natividade - TO, onde foi diretor em três colégios. Em 1985, foi para Porto Nacional - TO, para lecionar na Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING). Posteriormente, atuou como vice-diretor e diretor nesta mesma faculdade. Foi na cidade de Porto Nacional que nasceu a terceira filha de Fidêncio e Iria.

Durante os anos em que viveu no Tocantins, atuou em diversas áreas da Educação, e pode contribuir para o avanço da mesma nesta região. Foi diretor da Delegacia Regional de Educação de Porto Nacional (1989-1990), membro do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (1989-2000), membro da Comissão de implantação da Universidade do Tocantins – UNITINS (1991-1993), coordenador do Projeto CUCA – Curso de Capacitação de Professores Leigos – na prefeitura de Palmas (1993-1995), Diretor de Planejamento e Organização Escolar na Prefeitura de Palmas (1995-2001), membro da Academia Tocantinense de Letras (1991-2015), dentre outras atividades que exerceu neste estado.

Fidêncio Bogo iniciou sua vida como poeta ainda bem jovem. Quando era seminarista, escrevia poemas com temáticas voltadas à saudade que tinha de sua terra natal. Posteriormente, já residente no Tocantins, publicou obras como o seu mais conhecido livro de contos “O Quati e outros Contos”, um livro de teoria literária “Noções de Teoria da Literatura”, e seus livros de poesia “Poesia Um”, “Aprendizagem”, “Minha Escola, Escola de Vida”, e “Coluna Presta”, entre outras poesias publicadas em antologias.

Apesar de ser natural de Rio do Oeste (SC), em seu discurso durante a sua homenagem, quando recebeu o Título de Cidadão Tocantinense, o escritor chamou o Tocantins de “terra do meu coração”, tendo nela vivido a maior parte da sua vida. Em suas obras podemos observar frequentemente como o escritor circunscreve seu envolvimento com o lugar.

Por ter sido conhecedor e participante da história do estado do Tocantins, teve autonomia para compor suas obras com temas voltados às problemáticas desta região. Escreveu sobre seu povo, sua educação, sua política, sua cultura, entre outros aspectos da sociedade tocantinense, mostrando-se sempre angustiado com as mazelas e desejoso pela sua melhoria.

3.2 Coluna Presta *versus* Coluna Prestes: a militância por dois distintos caminhos

Das obras criadas por Bogo, iremos abordar especificamente neste trabalho o livro de poemas intitulado *Coluna Presta*, de cunho crítico e satírico e tendo como pano de fundo problemas do contexto do Tocantins. O autor, na introdução da obra, explana que a escolha deste título é uma alusão à Coluna Prestes, coluna militar criada na década de 1920 e liderada por Luiz Carlos Prestes, fazendo-se semelhante a este quanto às intenções de combate contra as “coisas erradas”.

No caso da coluna tenentista liderada por Prestes, a questão primeira dizia respeito ao combate às oligarquias nacionais representadas pelo governo de Artur Bernardes.

Diante da grave crise estrutural (econômica, social, política, ideológica e cultural) que abalava a República no início dos anos 1920 – a crise do “pacto oligárquico” estabelecido entre os grupos oligárquicos dominantes –, os setores médios mostravam-se insatisfeitos com a falta de liberdade e as limitadas possibilidades de influir na vida política. Predispunham-se à revolta e a apoiar ações radicais contra o poder oligárquico. (PRESTES, 2006, p. 14)

A interiorização do grupo de descontentes – constituindo-se numa marcha que para alguns autores chegaria a algo em torno de 30 mil km – se deveu à necessidade de angariar adeptos para o movimento. Embora combatida pelo então presidente Artur Bernardes e com registros de abusos cometidos contra as populações, registram-se também as ações que visavam aos interesses dos sujeitos economicamente desfavorecidos: “Não foram poucos os relatos em que chegando à cidade, os revolucionários iam aos cartórios e queimavam os processos que os coronéis moviam contra os pequenos agricultores. Soltavam presos, encaminhavam alguns medicamentos aos mais necessitados” (SOUZA, 2010, p. 89).

Em Palmas, capital do Tocantins, na ala sudoeste da Praça dos Girassóis, há um monumento de 570 m² idealizado por Oscar Niemeyer em homenagem à Coluna Prestes (Fig. 2), que passou pela região no período de 1924-27. A presença do memorial no Estado se mostra curiosa considerando o ideário político dominante na região (conservador, mais à direita), mas certamente serve aos interesses da construção identitária do Estado, ancorando-o num passado.

Fig. 2

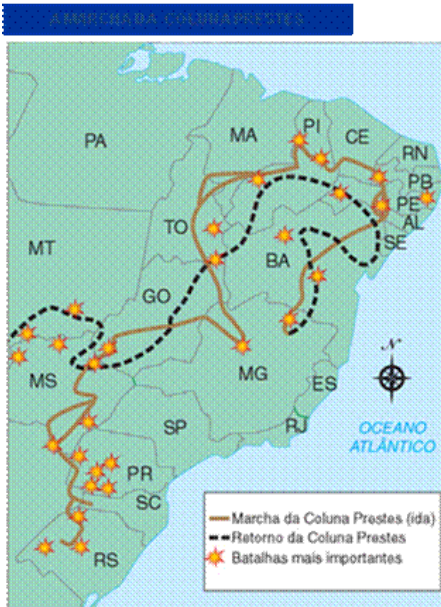


Foto do *Memorial Coluna Prestes*, em Palmas (Tocantins). Projeto de Oscar Niemeyer (2000). Disponível em: <http://destinopalmas.com.br/memorial-coluna-prestes/memorial-coluna-prestes/>. Acesso em 4 mar. 2017.

A Coluna Prestes teve como desígnio a luta revolucionária contra o governo oligárquico de Artur Bernardes. No entanto, o governo estava em vantagem tanto pelo número de pessoal, quanto pelo poder de fogo. A Coluna Prestes inicia assim, uma marcha pelo Brasil a fim de evitar combates com o inimigo, como também atraí-lo para o interior do país, visando desta forma mais possibilidade de novos levantes nas grandes cidades (PRESTES, 2006). A marcha da coluna foi uma *guerra de movimento* – contrapondo-se à estaticidade da *guerra de posição*, adotada pelo governo. Apesar das vitórias alcançadas e do grande percurso trilhado, devido à censura, quase não se ouvia falar nela nas grandes cidades.

Quando o presidente Washington Luiz assumiu o poder, Carlos Prestes entendeu que a marcha deveria ser encerrada, uma vez que o seu objetivo inicial de derrubar o presidente Bernardes já não seria necessário. Prestes, contudo, decide “procurar nos livros” a explicação dos problemas sociais enfrentados pelo Brasil e seu povo, por entender que de nada adiantaria apenas mudar o presidente, e assim a Coluna parte para o exílio na Bolívia. A imprensa nesse momento, com maior liberdade depois do fim da censura promulgada por Washington Luiz, começa a noticiar a Coluna, aclamando Prestes e seus companheiros como heróis. Carlos Prestes ficou então conhecido como o *Cavaleiro da Esperança* (PRESTES, 2006, p. 53). No período de 1925-27, os revoltosos enfrentaram 53 batalhas sem derrota, não conseguindo, porém, adesão a suas causas por parte das populações. Abaixo (Fig. 3), o trajeto da marcha liderada por Prestes, a partir do Rio Grande do Sul, passando também pela região hoje denominada Estado do Tocantins:

Fig. 3



Percurso trilhado pela Coluna Prestes.

Disponível em: <http://netleland.net/hsampa/epopeia1924/Epopeia1924.html>, acessado em 4 mar. 2017

Ainda no exílio, Prestes fazendo uma reflexão crítica a respeito dos ideais liberais, compreendeu que mais do que uma revolução política, o Brasil necessitava de uma revolução social (PRESTES, 2006, p. 42). Em 1930, aderiu ao Comunismo, contrariando seus companheiros tenentes, que lhe viraram as costas. Estes se juntaram à Aliança Liberal e apropriando-se da figura de Prestes como herói brasileiro, diante da luta armada depuseram o presidente Washington Luiz, e entregaram o poder a Getúlio Vargas. Prestes, posteriormente, adere ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e depois à Aliança Nacional Libertadora (ANL), que propunha um governo popular democrático, reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras.

A *Coluna Presta*, obra de Fidêncio Bogo, assim como a Coluna de Luiz Carlos Prestes objetiva a luta contra as injustiças. Porém, a *Coluna Presta* “é jornalística e esgrima com a arma das palavras. A Coluna Prestes era uma coluna militar e combatia com fuzis.” (BOGO, 2006, p.1). Apesar de Fidêncio Bogo asseverar sua divergência com Luiz Carlos Prestes, quanto à forma de lutar, estas duas personagens assemelham-se na busca, através da literatura, da mudança que almejam ver na sociedade. Assim como Bogo, Prestes chega à conclusão de que seria necessário mais do que uma luta armada para resolver os problemas do Brasil. Prestes analisa que:

Era preciso buscar as causas sociais que determinavam a miséria em que vivia o povo brasileiro e que tanto impressionara a Prestes e alguns de seus companheiros. Para Prestes, que tinha o comando indiscutível da Coluna, chegara a hora de encerrar a Marcha e procurar nos livros a explicação para a situação em que se encontravam o

país e o seu povo. Dessa explicação deveria resultar a nova solução a ser aplicada. (PRESTES, 2008, p.52-53)

Embora Prestes tenha continuado a estimular a luta armada (agora feita por massas populares), desta vez acontece de forma mais organizada e consciente, de acordo com o ideário comunista, a fim de formar o Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR). Sendo Prestes um influenciador, logo consegue o apoio da ANL e de seus seguidores. (PRESTES, 2008, p.107)

Bogo, ao propor a *Coluna Presta*, também objetiva influenciar, conscientizar o outro, que é sua forma de lutar por meio das palavras. E por consequência disto, o Cavaleiro da Esperança Tocantinense deixa o legado de que não há vitória na guerra contra as desigualdades e o desrespeito contra o povo se não for através da instrução e da conscientização.

4 FIGURAS DA RESISTÊNCIA: ANÁLISE SEMIÓTICA DE POEMAS DE COLUNA PRESTA

A Semiótica tem o texto como unidade de análise. Para fazer o estudo do texto, a teoria semiótica tem buscado analisar tanto os aspectos internos do texto, que abordam o texto como objeto de significação, como também considerá-lo como objeto de comunicação entre dois sujeitos. Diferentemente de outras teorias que fazem apenas a análise interna, ou apenas a externa, a semiótica empenha-se em trabalhar com as duas vias para melhor “[...] examinar os procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto” (BARROS, 2005, p.12).

Como metodologia de análise do plano do conteúdo, a semiótica discursiva vale-se do *Percurso Gerativo do Sentido*, compreendendo desde as etapas mais simples ou abstratas da configuração de sentido de um texto, até as mais complexas e concretas, no nível mais superficial. O percurso gerativo do sentido é composto por três níveis de profundidade, pelos quais é produzido o sentido de um texto. As três etapas do percurso são: nível das estruturas fundamentais (simples e abstrato), nível das estruturas narrativas (transformação através da ação do sujeito) e nível das estruturas discursivas (complexo e concreto). Contudo, conforme esclarece Fiorin:

[...] o conteúdo só pode manifestar-se por meio de um plano de expressão. No momento em que, no simulacro metodológico, temos a junção do plano de conteúdo com o plano de expressão, ocorre a textualização. O texto é, assim, uma unidade que se dirige para a manifestação. Aí, então, sofre a coerção do material que o veicula. Por exemplo, dado que o significante da linguagem verbal é linear, o conteúdo manifesto verbalmente será submetido à linearização. (FIORIN, 2003, p.77)

Como já foi especificado anteriormente, do ponto de vista do plano do conteúdo, vamos nos ater à análise dos níveis narrativo e discursivo. Antes dessa análise, porém, exploraremos alguns aspectos que mostram a regularidade das escolhas de Bogo no que se refere ao plano da expressão.

4.1 Uma poética de gosto popular

Selecionamos para a análise cinco poemas: *A Coluna Presta*, *Indução*, *Senhor Doutor*, *Caboclo* e *Ministro*. Na perspectiva do plano da expressão, todos os poemas do livro evidenciam o cuidado formal. Os versos são sempre heptassílabos (redondilha maior) e os poemas quase sempre compostos por oito estrofes de quatro versos (quadras), com rimas cruzadas (ABAB ou ABCB). A exceção aparece nos poemas *O Grande Vilão* e *Competição ou Guerra*, além do poema que dá nome ao livro, *A Coluna Presta*, cujas estrofes possuem cinco versos e há um trabalho maior com as rimas que obedecem rigorosamente ao esquema ABCCB:

Se minha “Coluna Presta” **A**
 presta ou não presta, sei não! **B**
 mas por meio dela quero **C**
 com ri(t)mado lero-lero **C**
 caprichar na malhação. **B**
 (*A Coluna Presta*)

Beira-corgo, babaquara, **A**
 mocorongo, beiradeiro, **B**
 catrumano, muxiango, **C**
 urumbeba, restingueiro. **B**

É biriba, cafumango, **A**
 tapiocano, catimbó **B**
 casca-grossa, mano-juca, **C**
 chapadeiro, brocoió. **B**
 (*Caboclo*)

No caso do poema *Caboclo*, o trabalho rítmico se acentua pela escolha lexical, quando comparecem rimas internas no vocabulário que traduz a fala sertaneja. Ainda em *Caboclo*, a enumeração das expressões do léxico popular relativo a denominação dos caboclos contribui para a produção de efeito de estranhamento desse sujeito de que se fala, dessa alteridade construída pela nomeação, caracterizando o que em semiótica se denomina semi-simbolismo.

Denominam-se sistemas semi-simbólicos “aqueles em que a conformidade entre os planos da expressão e do conteúdo não se estabelece a partir de unidades, como nos sistemas

simbólicos, mas pela correlação entre categorias (oposição que se fundamenta numa identidade) dos dois planos” (FIORIN, 2003, p.78).

Para Fiorin (2003), ancorando-se nos trabalhos de Geninasca, “as formas fixas constituem uma maneira codificada de segmentar o discurso poético em unidades”, funcionando como um diagrama. Nas reflexões do semioticista, isso pode ser melhor compreendido em formas fixas como a do soneto e as hierarquizações entre as estrofes. Como Bogo privilegia os arranjos de sucessões de quadras, não identificamos essa hierarquia. O que vemos é o efeito de conclusão dos versos finais e muitas vezes a perda do ritmo para privilegiar o conteúdo.

Segundo Bosi (2006, p. 468), essa é uma característica da poesia contemporânea, na qual as pressões históricas dão à poesia “*a direção da objetividade*”. Essa direção da objetividade compreende, conforme Bosi:

Procura de *mensagens* (motivos, temas...) que façam do texto um testemunho crítico da realidade social, moral e política; [...] Procura de *códigos* que, rejeitando a tradição do verso, façam do poema um objeto de linguagem integrável, se possível, na estrutura perceptiva das comunicações de massa, medula da vida contemporânea. Como opções críticas, uma e outra tendem a negar o valor estético da efusão do *eu* e a privilegiar o universo do trabalho, da técnica e das tensões ideológicas que operam no âmago da história; e ambas são poesia reflexa e polemicamente *cultural*. (BOSI, 2006, p. 468, grifos do autor)

Podemos identificar em Bogo a primeira e a última características, pois sua poesia baseia-se na procura de mensagens em volta de tensões ideológicas, porém não rejeita a tradição do verso, apontada por Bosi como uma segunda característica para a poesia engajada. Bogo tem poemas equilibrados entre rigor formal, presos à estrutura do verso, e temática participante, assim como o crítico identifica na produção dos poetas João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar (BOSI, 2006).

Apesar do rigor estético observado nos poemas de Bogo, nota-se que sua poesia possui também particularidades da *Poesia Marginal*, apontada por Bosi (2006, p. 487) como “satírica, paródica, de cadências coloquiais”. Moisés (2001) enfatiza que a Poesia Marginal é:

[...] cultivada por poetas independentes, “alternativos”, que reavivam a atmosfera de 1922, pelos lados do coloquialismo, com todo o seu amor ao gratuito, ao cotidiano e à liberação do verso, a ponto de abeirar-se da prosa sem-literatura, que faz do desleixo propositado, do uso de palavrões, [...] do desrespeito à gramática, da irreverência extraída do dia-a-dia banal, a sua arma de subversão e protesto contra a ordem estabelecida. (MOISÉS, 2001, p.398)

Muitos desses traços estão presente nos poemas da obra *Coluna Presta*: a linguagem coloquial – “Cê não se enxerga, coroa!” – como no poema *Sai da frente, veiole!*; o uso de

palavrões, que também está ligado à linguagem coloquial – “perdida, cadela, puta” – por exemplo, no poema *Prostituta*; situações do cotidiano, do dia-a-dia banal – “Está pronto pra ser ligado/o liquidificador” –, como em *Energia Elétrica*. Nesta obra o autor não adere à liberação do verso, contudo seus poemas chegam a aproximar-se da prosa pelo uso de falas diretas, muitas vezes descortinadas em diálogos com o uso do travessão. O exemplo mais claro está no poema *Indução*:

– Mas que critérios se usam
para nomeações tais?
– Eu não sei, mas deve ser
preferências pessoais.
(BOGO, 2006, p. 21)

4.2 Em busca da adesão do outro

Todos os níveis do Percurso Gerativo do Sentido compreendem uma sintaxe e uma semântica. No nível narrativo, a sintaxe considera as relações contratuais e polêmicas que se estabelecem entre destinador e destinatário e as relações entre sujeitos e objetos. A narrativa compreende uma visão espetacular, considerando o fazer do homem que transforma o mundo. (BARROS, 2005).

Para a semiótica, todos os textos, independentemente do gênero, são dotados de narratividade, conforme expressam Greimas e Courtés no Dicionário de Semiótica:

A narratividade apareceu, assim, progressivamente, como princípio mesmo da organização de qualquer discurso narrativo (identificado, num primeiro momento, com o figurativo) e não-narrativo. Pois, das duas uma: ou o discurso é uma simples concatenação de frases e, assim, o sentido que veicula é devido somente a encadeamentos mais ou menos ocasionais que ultrapassam a competência da linguística (e, de modo mais geral, da semiótica); ou então constitui um todo de significação, um ato de linguagem consentido, que comporta sua própria organização, estando seu caráter mais ou menos abstrato ou figurativo ligado a investimentos semânticos cada vez mais fortes e a articulações sintáticas cada vez mais finas. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p.297)

Assim, não encontramos poemas propriamente narrativos (Fura-fila), mas todos eles pressupõem uma transformação, aquela que o autor, como enunciador, visa produzir no enunciatário, tornando-se indignado com as mazelas sociais. Ao mesmo tempo, observamos nos poemas enunciados de estado e de fazer, conforme abordaremos mais adiante.

Temos na sintaxe duas propostas de concepções complementares de narrativa. Na primeira, a narrativa mostra-se como uma mudança de estados, onde a ação do sujeito, em busca dos valores investidos nos objetos, ocorre no mundo e sobre o mundo, através do fazer transformador. Na segunda concepção, a narrativa é apresentada como uma “sucessão de

estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos” (BARROS, 2005, p.20)

Na sintaxe narrativa existem dois actantes (sujeito e objeto) no enunciado elementar, os quais se relacionam transitivamente. As relações ou funções transitivas entre sujeito e objeto podem ser de junção ou de transformação. O enunciado elementar irá distinguir-se de acordo com o tipo de função transitiva existente entre os actantes. Ou seja, se há uma relação de junção entre o sujeito e o objeto, o enunciado será de estado. Mas, se a relação for de transformação, teremos o enunciado de fazer.

A relação que determina o estado é chamada de junção. O sujeito busca valores por meio de um objeto qualquer, que recebe investimentos daquele, fazendo deste objeto, um objeto-valor. Sendo assim, o sujeito pode estar em estado de conjunção ou disjunção com o seu objeto-valor. O que ocorre nos enunciados de fazer é a mudança de um estado para outro, ou seja, é a transformação do enunciado onde o sujeito está em estado conjuntivo com o objeto, para o enunciado de estado disjuntivo, e vice-versa.

O programa narrativo é o “sintagma elementar da sintaxe narrativa”. Ele é definido pela comunicação hierárquica da narrativa, onde “*um enunciado de fazer rege um enunciado de estado*” (BARROS, 2005:24, grifos da autora). Há vários tipos de programas narrativos. Eles se diferenciam de acordo com a natureza da função (aquisição ou privação), a complexidade e hierarquia de programas (simples ou complexos), o valor investido no objeto (modais ou descritivos), como também pela relação entre os actantes narrativos e os atores que os manifestam no discurso (transitivo ou reflexivo). A combinação entre esses critérios cria outros tipos de programas narrativos, isto é, ao correlacionar os critérios da natureza da função (aquisição e privação) com os da relação narrativa/discurso (transitivo e reflexivo), obtêm-se programas de doação (aquisição/transitiva), apropriação (aquisição/reflexiva), espoliação (privação/transitiva) e renúncia (privação/reflexiva).

Da associação entre os critérios tipológicos dos programas narrativos, despontam a *competência* e a *performance*, dois tipos fundamentais de programas. Portanto, para obter um programa de competência, correlacionamos uma função de aquisição, com o programa de uso, com o objeto de valor modal, e relação narrativa/discurso transitivo, onde os papéis sujeito do fazer e sujeito do estado são realizados por atores diferentes. Já para um programa de performance, é necessário a ligação entre uma função de aquisição, com um programa de base, com o objeto de valor descritivo, e a relação narrativa/discurso reflexivo, na qual o mesmo ator

realiza os sujeitos de estado e fazer. Sendo assim, “a competência é o programa de doação de valores modais ao sujeito de estado, que se torna, com essa aquisição, *capacitado para agir*. A performance é a representação sintático-semântica desse *ato*, ou seja, da ação do sujeito com vistas à apropriação dos valores desejados.” (BARROS, 2005, p. 27, grifos da autora). Existem dois tipos de performance: no primeiro tipo, há a aquisição de um objeto-valor já existente e em circulação entre os sujeitos; no segundo tipo, produz-se o objeto que será fonte de investimento do valor desejado.

A organização dos programas narrativos, a partir de uma sequência entre programas simples e complexos, relacionados por pressuposição, chama-se percurso narrativo. Dentre os percursos narrativos, temos o percurso do sujeito, que resulta da sequência lógica de um programa de competência (pressuposto) e um programa de performance. No nível do percurso narrativo o sujeito do fazer, o sujeito do estado e o objeto, antes denominados como actantes sintáticos, modificam-se para papéis actanciais. Os papéis actanciais podem variar de acordo com o progresso narrativo, dependendo da posição ocupada pelos actantes sintáticos, agora denominados de actantes funcionais, no percurso e da natureza dos objetos-valor, ou seja, um mesmo sujeito pode fazer papéis actanciais diferentes no decorrer da narrativa. Segundo BARROS, 2005: “O percurso do sujeito representa, sintaticamente, a aquisição, pelo sujeito, da competência necessária à ação e a execução, por ele, dessa performance”.

Ainda sobre os percursos narrativos, temos o percurso do destinador-manipulador. Neste percurso, o programa de competência é observado do enfoque do sujeito *doador* ou *destinador* dos valores modais. Neste caso, o actante funcional será o destinador-manipulador. E diferentemente do sujeito que transforma estados, o que representa a ação do homem sobre as coisas, o destinador-manipulador transforma o sujeito, simulando a ação do homem sobre o homem. Na manipulação é estabelecido um contrato entre destinador e destinatário, o qual é proposto por aquele afim persuadir e convencer este a aceitá-lo. “O *fazer-persuasivo* ou *fazer-criar* do destinador tem como contrapartida o *fazer-interpretativo* ou o *criar* do destinatário, de que decorre a aceitação ou a recusa do contrato.” (BARROS, 2005, p. 31, grifos da autora).

O percurso do destinador-manipulador compreende duas fases. A primeira, sempre pressuposta pela segunda, é apontada como atribuição de competência semântica, na qual o destinatário-sujeito crê nos valores determinados pelo destinador. A segunda fase é a atribuição de competência modal. Nesta etapa o destinador doa os valores modais do *querer-fazer*, do *dever-fazer*, do *saber-fazer* e do *poder-fazer* ao destinatário-sujeito, ocorrendo assim a manipulação.

Existem diversos tipos de manipulação, mas as mais comuns são: tentação, intimidação, sedução e provocação. Segundo Fiorin (2000):

Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com a finalidade de levá-lo a fazer alguma coisa, dá-se uma tentação. Quando o manipulador o obriga a fazer por meio de ameaças, ocorre uma intimidação. Se o manipulador leva a fazer manifestando um juízo positivo sobre a competência do manipulado, há uma sedução. Se ele impele à ação, exprimindo um juízo negativo a respeito da competência do manipulado, sucede uma provocação. (FIORIN, 2000, p. 30)

Ao realizar uma manipulação, o manipulador pode utilizar mais de um tipo de manipulação, mas a ordem dependerá da relação entre o manipulador e o manipulado. Para que haja sucesso na manipulação, o manipulador e o manipulado precisam partilhar de um mesmo sistema de valores, sobre o qual a manipulação é realizada. Logo, quando o sujeito a ser manipulado possuir outro sistema de valores, ele não cederá à manipulação.

O terceiro e último percurso da narrativa é o do destinador-julgador. O percurso do destinador-julgador é o responsável pela sanção do sujeito e constitui-se do encadeamento lógico de programas de sanção cognitiva ou interpretação e de sanção pragmática ou retribuição. FIORIN (2000) relata que na sanção “[...] ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos.”

O programa de sanção cognitiva ou *interpretação* é assim nomeado, porque o destinador faz uma leitura cognitiva das ações do sujeito e dos valores com que se relaciona, interpretando a veracidade dos estados (verdadeiros, falsos, mentirosos ou secretos) resultantes do fazer do sujeito. Compete ao destinador-julgador verificar o cumprimento ou não do acordo estabelecido pelo sujeito na manipulação. Já no programa narrativo da sanção pragmática ou *retribuição*, o sujeito recebe a sua recompensa – se for julgado positivamente como cumpridor das obrigações assumidas na manipulação –, ou sua punição – quando desmascarado pelo não cumprimento de sua parte no acordo – restituindo o equilíbrio narrativo.

4.3 A coluna do poeta

Para esta análise, selecionamos apenas cinco poemas da obra de Fidêncio Bogo, os quais representam o livro, quanto ao seu objetivo mobilizar as palavras para lutar contra o que concebe como injustiças. Dentre os temas mais abordados pelo autor, nesta obra, estão a desigualdade social, os problemas do trânsito, a apatia em relação ao próximo, a politicagem,

além de poemas em que brinca com o léxico popular (*Morrer, Prostituta, Diabo*) e poemas que emergem de matérias jornalísticas (*O fogo não queima e A baleia encalhada*).

Quanto à estrutura dos poemas, observa-se uma similaridade entre eles. As estrofes são compostas de quatro ou cinco versos, os quais são sempre heptassílabos, com rimas cruzadas ou interpoladas.

4.3.1 Poema *A Coluna Presta*

O poema *A Coluna Presta*, o qual deu o nome ao livro, caracteriza o objetivo principal de Fidêncio Bogo ao publicar essa obra: denunciar uma sociedade corrupta, injusta e preconceituosa, fazendo-se valer do exercício da cidadania, bem como levar os seus leitores a terem consciência dessa sociedade e a agirem da mesma forma.

Bogo posiciona-se nesse poema, assim como na maioria dos poemas dessa obra, como poeta engajado, pois sente em si a necessidade de “alertar” o leitor. Dessa forma, mostra a importância de trazer à tona o que está “por debaixo dos panos”, isto é, tudo o que torna doentia e infame a sociedade atual, a fim de que através dessa revelação haja um posicionamento crítico por parte dos cidadãos, o que logicamente resultaria na transformação da sociedade. O engajamento de Bogo pode ser asseverado na afirmação de Sartre, o qual diz que “o escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar” (SARTRE, 2006, p.20).

De acordo com os estudos acerca da sintaxe narrativa, no poema *A Coluna Presta* podemos identificar o poeta como destinador, enquanto o leitor ocupa o lugar de destinatário. A narrativa apresenta uma concepção do fazer transformador, através do qual o sujeito age no e sobre o mundo. Temos como actantes o destinador, que nesse caso é o poeta/autor; o sujeito em disjunção com o saber, a cidadania, um olhar crítico sobre a realidade, que é o leitor; e o objeto com o qual o destinatário deve entrar em conjunção: o direito de exercer a cidadania, o direito ou dever de lutar contra as injustiças a fim de que o povo obtenha um futuro digno.

O programa narrativo identificado nesse poema é o Programa de doação, onde o autor doa valores modais ao leitor (sujeito do estado) e torna-o capacitado para agir, capacitado para lutar contra as injustiças assim como o faz o autor. Essa instância de doação/aquisição caracteriza um programa de competência. Assim, o sujeito do fazer doa seu engajamento ao sujeito do estado.

Quero mostrar preconceitos,
desvios, discriminações,

rótulos, meias verdades,
pré-julgamentos, vaidades
e segundas intenções.
(BOGO, 2006, p.11)

A ação de Bogo, ao querer “alertar” o leitor, simula a ação do homem sobre o homem, ocorrendo assim uma manipulação. Através da manipulação, o autor, denominado destinador-manipulador, propõe um contrato com o leitor, levando-o a acreditar (fazer-creer) que a cidadania é conquistada por meio do ato de se fazer denúncias. Se o leitor, denominado destinatário-sujeito, for convencido disso, o autor doará os valores modais do *querer*, *dever* e do *saber-denunciar* (fazer-fazer). Sendo assim, podemos afirmar que o escritor se propõe a:

[...] desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade. Ninguém pode alegar ignorância da lei, pois existe um código e a lei é coisa escrita: a partir daí, você é livre para infringi-la, mas sabe os riscos que corre. Do mesmo modo, a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele. (SARTRE, 2006, p.21)

É por meio da manipulação que o autor engajado torna o leitor responsável pela sua luta, responsável pela causa a qual defende. Para a semiótica, há quatro grandes classes de manipulação: sedução e tentação (pelo querer) e intimidação e provocação (pelo dever). Em *Coluna Presta*, o poeta busca provocar o leitor para também dizer, a fim de que não seja qualificado como omissor.

Não quero ver os desmandos,
a injustiça, a corrupção,
e ficar quieto, calado,
pra depois ser acusado
do pecado de omissão.
(BOGO, 2006)

O destinador-manipulador provoca o destinatário sugerindo que, sendo ele conhecedor dos abusos que há na sociedade, a não denúncia resulta na atribuição de cumplicidade, uma vez que “[...] calar-se não é ficar mudo, é recusar-se a falar – logo, ainda é falar” (SARTRE, 2006, p.22). Desta feita o sujeito que negligencia algo, faz-se semelhante a quem pratica o abuso.

O silêncio vale ouro?
Às vezes é covardia.
(BOGO, 2006, p.11)

Neste tipo de manipulação, o destinador-manipulador usou um provérbio popular, para assegurar que nem sempre é valioso silenciar-se. A não-denúncia é caracterizada como covardia, o que exprime “um juízo negativo a respeito da competência do manipulado”. Essa

provocação persuade o leitor a agir, lançando mão do silêncio. Como também o adverte que decidir ficar em silêncio também é assumir uma decisão.

Em *Puxa-saco*, o autor também convoca o leitor pelo verbo no imperativo fazendo uso da provocação. Na provocação, o destinador ameaça a face positiva do destinatário. Nesse poema, o poeta mexe com os brios do leitor:

Melhore sua auto-estima,
Não se rebaixe, rapaz!
Pegue logo o pião na unha,
Mostre que você é capaz.
(BOGO, 2006, p.25)

Ainda em *Coluna Presta*, identificamos a tentação:

Eu quero que minha gente,
tenha um futuro decente
e deixe de ser cobaia.
(BOGO, 2006)

O destinador-manipulador tenta o destinatário oferecendo como recompensa o valor positivo de viver numa sociedade onde o povo tenha um futuro digno e não mais esteja sob o poder dos “maiorais”, os quais nos usam como “objeto de experiência” para garantir benefícios próprios. O prêmio é o fim da opressão.

Como foi dito anteriormente, o sucesso da manipulação depende de que manipulador e manipulado compartilhem de um mesmo sistema de valores. Dessa forma, se o leitor não tiver interesse pelo bem-comum, e sim pelo benefício próprio, ele não cederá à manipulação.

4.3.2 Poema *Caboclo*

Analisando o próximo poema de Bogo, *Caboclo*, observaremos que ele critica a classe elitizada e urbana por desprezar os moradores da zona rural. Para demonstrar essa qualificação negativa do caboclo por parte dos sujeitos da classe “mais lá em cima”, o autor enumera vários adjetivos utilizados, muitas vezes, para ridicularizar o homem do campo. Ao todo, o autor cita 32 adjetivos que rotulam o caboclo, muitos deles com sentido pejorativo como, por exemplo, *caipira*, *beira-corgo*, *chapadeiro*, *brocoió*, *jeca*, dentre outros.

É biriba, cafumango,
tapiocano, catimbó
casca-grossa, mano-juca,
chapadeiro, brocoió.

Além disso é capuava,
guasca, jeca, pé-no-chão,
saquarema, bate-bota,

macaqueiro, camisaõ.
(BOGO, 2006, p.60)

Podemos observar o uso da adjetivação em outros poemas boguianos, como por exemplo, nos poemas Puxa-saco (*baba-ovo, corta-jaca, xeleléu*), Prostituta (*quenga, rapariga, mulher-de-ponta-de-rua*), Briga (*furdunço, quebra-rabicho, água suja*), Diabo (*excomungado, pé-cascudo, cão-tinhoso*), entre outros. Bogo utiliza-se de poemas em que brinca com o léxico popular para apresentar os vários rótulos impostos pela sociedade e que trazem um tom de discriminação e preconceito ou mesmo caracterizam a linguagem popular. Faz dos seus poemas, um dicionário da linguagem popular.

A crítica presente nos últimos dois versos, aparece como uma conclusão do autor sobre os dois personagens:

Ele é simples, sem estudo,
tímido, desajeitado,
honesto, bom, operoso,
faz o certo e fala errado.

Já o citadino, sabido,
o que fica do outro lado,
não é tímido nem simples,
fala certo e faz errado.
(BOGO, 2006, p.60)

Aqui temos um conflito entre os sujeitos do campo e da cidade, entre o “jeca” e o “sabido”. Pierre Bourdieu, segundo seus estudos sobre as classes sociais, afirma que “uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social [...]” (BOURDIEU, 2005, p.14), porém, as relações simbólicas que os membros de uma determinada classe mantêm com os indivíduos de outras classes realçam suas diferenças, ou seja:

[...] exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das *marcas de distinção*, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural. (BOURDIEU, 2005, p.14, grifos do autor)

No caso proposto no poema *Caboclo*, temos a dualidade entre as classes Homem do Campo *versus* Homem da Cidade, ambos com suas marcas de distinção e seus valores. Se tomarmos como ponto de partida a linguagem culta (*fala certo*) como objeto-valor, observaremos que o sujeito da cidade está em estado de conjunção com o objeto, enquanto o sujeito do campo está em estado de disjunção. Este enunciado de estado pressupõe outro, onde

o objeto-valor em questão são qualidades de honestidade, bondade e simplicidade (*faz o certo*). Neste enunciado, o sujeito do campo está em conjunção com o objeto-valor, e o sujeito da cidade, em disjunção. Podemos representar este conflito no esquema:

Enunciado de estado conjuntivo $S \cap O$	Enunciado de estado disjuntivo $S \cup O$
$S(\text{sabido}) \cap O$ (falar certo)	$S(\text{jeca}) \cup O$ (falar o certo)
$S(\text{jeca}) \cap O$ (fazer o certo)	$S(\text{sabido}) \cup O$ (fazer o certo)

O preconceito linguístico já fora anteriormente abordado por Bogo, no seu livro *O Quati e Outros Contos*, especificamente no conto *Nóis Mudemu*, onde o autor critica duramente o preconceito contra a fala do homem do campo e as consequências que pode causar. Sabe-se que, não somente na Língua Portuguesa, mas em todas as línguas há variações de natureza diatópica, caracterizando distinções entre usos homem do campo e da cidade (BOURDIEU, 2005). Apesar da variação ser inerente às línguas vivas, os sujeitos são diferentemente valorizados em função do capital linguístico que dominam:

[...] a diferenciação dos procedimentos expressivos da língua exprime a diferenciação social segundo uma lógica original. Logo, uma vez que cada procedimento expressivo deriva seu “valor” de sua posição no sistema dos procedimentos expressivos, seria bastante ingênuo atribuir a este ou àquele traço certas características como a “vulgaridade” ou a “distinção”. (BOURDIEU, 2005, p.21)

Não se trata, conforme defende o sociólogo, de um valor imediatamente identificável nas propriedades do código em si, mas nas valorizações de natureza social que fazem preferir uma forma em detrimento de outra. Vulgaridade e distinção são então modos de valorização social dos falantes e não radicam na língua mesma.

4.3.3 Poema *Senhor Doutor*

O poema *Senhor Doutor* trata de “preconceitos”, “discriminações”, “rótulos”, “pré-julgamentos” e “ vaidades”. Diferentemente do poema *Caboclo*, neste poema o autor traz à tona um rótulo “positivo” aos olhos da sociedade. A vaidade de ser reconhecido pelo título de “doutor”, apenas por status e não por merecê-lo, foi observada pelo autor em meio à classe elitizada, principalmente entre pessoas da Medicina e do Direito, que possuem apenas graduação, e entre pessoas do meio político, tendo ou não a graduação, que não fariam jus ao título de doutor, por não possuírem doutorado nem corresponderem a práticas que favorecessem a denominação.

Agora qualquer causídico,
um graduado qualquer,
é Doutor ou é Doutora,
se for homem ou mulher.

Pior se for um político
ou do primeiro escalão.
É doutor, mesmo só tendo
curso de alfabetização.
(BOGO, 2006, p.33)

Similarmente, temos também aqui uma dualidade, mas agora ela se dá entre *ter* a titulação de doutor e *ser* reconhecido efetivamente como doutor. O professor é o sujeito que está em conjunção com a titulação de doutor, mas em disjunção com o reconhecimento social que seria justificado pelo título decorrente da formação. Já os médicos, advogados, delegados e políticos em geral, entre outras personalidades, representam o sujeito que está em conjunção com o reconhecimento social como doutor, mesmo sem a titulação compatível, ou seja, está em disjunção com o objeto-valor “ter o título de doutor”.

O autor também traz uma crítica à ignorância de muitos em rotularem ou pré-julgarem estes como “doutores” e anularem os esforços de muitos professores, que buscam crescer profissionalmente e que, mesmo que alcancem o doutorado, não são reconhecidos pelo título em questão. Além do reconhecimento sem merecimento, Bogo denuncia as pessoas que, em poder do título inapropriado, aproveitam para demonstrar que merecem ter mais direitos que os outros, pois consideram-se mais importantes que os demais. A adjetivação que atribui a estes, por meio dos predicativos funciona, assim, como sanção negativa ao que seria uma performance condenável (cuspir bazófias e empáfias):

Fica posudo, autoritário,
enternado, engravatado,
cospe bazófias e empáfias
com jeito de carro importado.
(BOGO, 2006, p.33)

Tais atitudes representam os sujeitos que Bourdieu (2005) define como pertencentes aos grupos de *status*:

[...] grupos de *status* (*Stände*) que são conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio. [...] os grupos de *status* se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por uma certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade, a raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial.” (BOURDIEU, 2005, p.14-15, grifos do autor)

Bogo conclui este poema esclarecendo o significado da palavra *doutor*:

Doctor é uma palavrinha

que vem da língua latina
e que significa apenas:
Doutor – aquele que ensina.
(BOGO, 2006, p.33)

Além de ter sido padre anteriormente, Bogo também era filólogo, o que faz dele um grande conhecedor do Latim. Desta feita, o autor usa o significado da palavra originada no latim e, através deste artifício, desfaz esse “rótulo” imposto pela sociedade, uma vez que seu significado nada tem a ver com o seu uso. Mais à frente, em seu poema *Carnaval*, o significado da palavra em latim é utilizado novamente com o mesmo intuito de descaracterizar uma palavra de seu uso comum.

Carnaval é uma palavra
derivada do latim:
“*Carne, vale!*” – Carne, adeus!
Comida sem graça, o fim.
(BOGO, 2006, p.84)

Como o que condena e acusa a corrupção da língua ou dos comportamentos sociais, temos então a caracterização do enunciador como o de destinador sancionador. A performance é má e sua poesia militante serve então para desmascarar o mal-feito.

4.3.4 Poema *Indução*

No poema *Indução*, Bogo denuncia a politicagem que há no sistema educacional. A contratação do corpo docente é feita através da indicação de políticos, e não através de concurso público. O título do poema, um neologismo, pode ser interpretado como resultado de uma composição por aglutinação: educação + indicação = indução. Também nos remete à deformidade que há no sistema educacional tocantinense devido, em sua maioria, à falta de preparo das pessoas indicadas aos cargos de docência e gestão, uma vez que os interesses políticos desprezam nomeações via concurso e indicação por mérito. Apesar de ter produzido esse poema, que traz um tema bastante atual, o autor se contradiz na introdução do livro, onde alega que muitas de suas poesias foram escritas há anos antes da publicação, o que as tornaria descontextualizadas.

Se, às vezes, aparecem referências a qualquer dos poderes públicos, a instituições e eventos, a referência é genérica, aplicável a qualquer lugar, Tocantins, Brasil ou não. Não é intenção da Coluna Presta a crítica descabida a autoridades e a quem quer que seja. A intenção é chamar a atenção para os problemas e apontar possíveis soluções. A maioria destas poesias foram escritas há oito, dez anos, por isso há algumas que não fazem mais tanto sentido hoje, como é o caso da contratação de pessoas sem concurso ou a nomeação de diretores de escolas baseada unicamente em indicação de autoridades e políticos. (BOGO, 2006, p. 2)

Bogo parece não querer se indispor com as autoridades que assim agem, antecipando-se a possíveis críticas de seus leitores, tendo em vista que, durante o período de criação do poema, ele ocupava cargos como conselheiro estadual de educação do Estado (1989-2000) e diretor de planejamento e organização escolar na Prefeitura de Palmas (1995-2001).

O poema “*Indução*” foi escrito em 1997, um ano depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). A LDB certifica que:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; [...]

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006) (BRASIL, 1996).

O quadro da educação pública no Brasil tem mudado ao longo dos anos, mas, ainda que a LDB diga que para o exercício de qualquer função do magistério deva ser exclusivamente através de concurso público, persistem muitos casos de contratações baseadas em indicação de autoridades e políticos. “O Governo do Estado não realiza concurso na área desde 2009, ou seja, há 9 anos. O MPE também visa apurar se agentes públicos e políticos lotados na Seduc estariam violando os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade” (ARAÚJO, 2018, s/p). Vejamos como o poeta explicita o problema:

O mui nobre deputado
indica o diretor.
O secretário é indicado
pelo ilustre vereador.

Outros cargos lá na escola
saem do cabo eleitoral.
Isso vai melhorar, e muito,
o nível educacional.
(BOGO, 2006, p.21)

Nos versos acima podemos constatar a ironia com que ele relata o problema, que se torna como um ciclo vicioso com reações em cadeia. De acordo com o poema, podemos depreender, do ponto de vista da narratividade, a presença de uma espécie de super-destinador (o sistema político) que impõe aos sujeitos destinatários a prática da corrupção.

Sob outra perspectiva, podemos pensar que “indução” corresponde a um uso popular da palavra educação, registrando-se, portanto, um metaplasmo por nasalização (e>in). Em *Deseducação* (BOGO, 2006, p. 42-43), o poeta cria um neologismo por prefixação, acentuando a negação da educação pelo vandalismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu trazer contribuições para a compreensão a respeito das manifestações literárias no Tocantins. A literatura no Estado, anteriormente privilegiando o discurso de fundação, agora busca trazer outros vieses. Fidêncio Bogo seria um claro exemplo de uma produção que escapa ao discurso ufanista que serviu aos interesses políticos de criação do Tocantins, descrevendo o Estado com suas belezas e riquezas naturais, mas através de sua obra *Coluna Presta*, trazendo um olhar crítico que desvela a região sob outra perspectiva. Aparece ali o Tocantins do dia-a-dia, do povo que sofre com o preconceito, com o desrespeito, com a politicagem: o Tocantins da realidade cotidiana.

Através dos subsídios da semiótica, buscamos analisar com mais nitidez o papel de Bogo como poeta engajado. Em seus poemas, Bogo posiciona-se como destinador, que doa seus valores modais ao leitor, o destinatário, como também sanciona performances. Como destinador, quer doar a competência modal do saber ao leitor pressuposto que adquiriria pela doação a competência de ver criticamente a realidade, fazendo cair por terra a mentira e a opressão. O engajamento do autor está na necessidade que tem de fazer o leitor também um conhecedor da realidade vivida pelo cidadão tocantinense, a fim de que este possa também engajar-se na luta pela transformação social, moral e política. Para isso, Bogo vale-se da manipulação para seduzir, tentar e/ou provocar o seu leitor, que deve ser seu status transformado. Aqui configura-se uma problemática, pois o leitor só será manipulado se desejar essa transformação proposta pelo autor, aceitando o que a semiótica denomina como *acordo fiduciário* inicial que funda os actantes da narrativa. A questão que emerge, portanto, é: a literatura pode fazer ver e transformar o real?

Ainda como destinador, Bogo é aqui o sancionador, que não perdoa em sua escritura os maus costumes, sejam eles da gente comum ou dos poderosos. Assim como Prestes embrenhou-se pelo interior do país, em busca da adesão de trabalhadores para a causa do comunismo, para isso lhe cabendo desvendar as formas de opressão pela conscientização dos mais pobres quanto a condição de explorados, também Bogo tem sua missão. Substitui o substantivo próprio do

líder político (Prestes) por um verbo no presente (Presta), acenando para a ação, para a práxis, para a própria práxis poética.

Nesse sentido, consideramos *Coluna Presta* como uma representante da literatura engajada no Tocantins. Verificamos o um rigor da sua métrica, o cuidado formal de seus versos, mas o poeta está longe de assenhorar-se em torre de marfim. Sua preocupação maior aqui se apresenta na urgência de rememorar temas sobre as diversas tensões ideológicas da atualidade. É por essa perspectiva que pondera-se que Fidêncio Bogo seja um poeta contemporâneo, que assim como Ferreira Gullar traz em seus poemas marcas da oralidade, da irreverência e do cotidiano, características da Poesia Marginal, como “arma de subversão e protesto contra a ordem estabelecida” (MOISÉS, 2001). Há mais que exuberâncias de rios e paisagem de cerrado para ver (e ler) no Tocantins.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Agnaldo. **MPE investiga falta de concurso e prorrogação de 7 mil contratos na Seduc por Miranda**. Disponível <<https://afnoticias.com.br/estado/mpe-investiga-falta-de-concurso-e-prorrogacao-de-7-mil-contratos-na-seduc-por-miranda>> (Acesso em: 15/10/2018)
- BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo, São Paulo: Ática, 2005.
- BENVENISTE, E. **Elementos de linguística geral II**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- BOGO, Fidêncio. **Coluna Presta**. Goiânia: Kelps, 2006.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (Lei Darcy Ribeiro)**. 5ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.
- BRÊTAS, M. Violão de rua: a poesia engajada dos anos 60. Usos do Passado. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Manuela%20Bretas.pdf>. Acesso em 11 out. 2018.
- CRUZ, José Manoel Sanches da. **Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros e Mandinga: uma literatura de formação no Tocantins**. 150p. 2008. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2008.
- DEBONI, Mirian Aparecida. A vida social e cultural e a atividade literária no Tocantins. **Revista EntreLetras (Araguaína)**, v. 1, n. 13, p. 2-24, 2011.
- DEBONI, Mirian Aparecida. **O papel das Academias de Letras na Formação e Caracterização da Atividade Literária no Tocantins**. Tese de pós-graduação. UFF. 2007
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2000.

- FIORIN, José Luiz. Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo. **Itinerários**, Araraquara, n. especial, p. 77-89, 2003.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979, 493 p.
- KAYSER, W. **Análise e interpretação da obra literária**: introdução à ciência da literatura. 6. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1976.
- MAGALHÃES, H. G. D. **Leituras de textos de autores tocantinenses**. Goiânia: Kelps, 2008.
- MARTINS, M. R. **Retrato da Academia Tocantinense de Letras**. Goiânia: Kelps, 2005.
- MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**, v. 3. Modernismo. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- PINTO, F. N. P.; MAGALHÃES, H. G. D. O Tocantins no discurso literário de Luiza Helena *Oliveira*. In: MAGALHÃES, H. G. D. (Org.) **Leitura de textos de autores tocantinenses**. Goiânia: Kelps, 2008.
- PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes**: patriota, revolucionário, comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SARTRE, Jean-Paul. **O que é literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- SILVA, L. H. O.; PINTO, F. N. P. Sobre a leitura de O quati e outros contos, de Fidêncio Bogo. **Revista Querubim**, Seção Especial, p. 1-13, 2010. Disponível em: http://www.revistaquerubim.uff.br/images/arquivos/verso_final_quati_para_revista_querubim.pdf. Acesso em 11 out. 2018.
- SOUZA, R. P. A coluna Prestes: uma abordagem necessária. **Revista Historiador**, n. 03, ano 03, p. 82-91, dezembro de 2010.